

GUILHERME MADEIRA
GUSTAVO BADARÓ
ROGERIO SCHIETTI CRUZ

CÓDIGO de PROCESSO PENAL

Estudos comemorativos aos
80 ANOS de vigência

Volume **2**

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aine Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adei Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Código de Processo Penal : estudos comemorativos aos 80 anos de vigência : Volume 2 / Guilherme Madeira, Gustavo Badaró e Rogério Schietti Cruz, coordenação. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-641-2

1. Processo penal 2. Processo penal Brasil I. Madeira, Guilherme. II. Badaró, Gustavo. III. Cruz, Rogério Schietti.

21-84465

CDU-343.1(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código de Processo Penal 343.1(81)(094.4)
Cibele Maria Dias Bibliotecária CRB-8/9427

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ROGERIO SCHIETTI CRUZ, GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ E GUILHERME MADEIRA DEZEM	
SOBRE OS COORDENADORES	9
PARTE I	
PROVA	
DEPOIMENTO ESPECIAL: UM PROCEDIMENTO NO PROCESSO PENAL	29
MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR	
1. Natureza jurídica do depoimento especial.....	29
2. Prova oral e oitiva de vulneráveis vítimas e testemunhas de violência.....	31
3. Prova pericial e equipe multidisciplinar.....	33
4. Depoimento especial realizado pela autoridade policial e pela autoridade judiciária. A produção antecipada de provas.....	34
5. Procedimento do depoimento especial e princípios constitucionais relacionados ao processo penal.....	37
5.1. Presunção de inocência.....	38
5.2. Igualdade das partes.....	39
5.3. Ampla defesa e contraditório.....	40
5.4. Publicidade.....	43
6. Conclusão.....	45
7. Referências bibliográficas.....	46
ENTRE A PROBABILIDADE E A SEGURANÇA DO JUÍZO DE FATO: A COMPLETUDE DO CONJUNTO PROBATÓRIO (EVIDENTIAL COMPLETENESS) E A MELHOR PROVA (BEST EVIDENCE) COMO PRINCÍPIOS DE VALORAÇÃO PROBATÓRIA	47
GISELA AGUIAR WANDERLEY	
1. Introdução.....	47
2. Da relação teleológica entre prova e verdade: uma premissa importante.....	48
3. Da diferença entre probabilidade e segurança do juízo de fato: valor probatório e peso probatório.....	50
4. Do princípio da completude do conjunto probatório (<i>evidential completeness</i> ou <i>complete evidence</i>).....	52
5. Do princípio da melhor prova (<i>best evidence principle</i>).....	55

6.	Os princípios da completude do conjunto probatório e da melhor prova no direito processual penal brasileiro	58
7.	A completude e a confiabilidade da prova como princípios de valoração probatória à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	59
7.1.	O art. 158 do CPP e a (im)prescindibilidade de exame pericial de arrombamento/escalada no crime de furto (CP, art. 155, § 4º, I e II) e de prestabilidade de arma de fogo utilizada no crime de roubo (CP, art. 157, § 2º-A, I)	60
7.2.	O art. 226 do CPP e o procedimento para o reconhecimento de pessoas ...	61
7.3.	A necessidade de filmagem do consentimento para o ingresso policial em domicílio	62
7.4.	A licitude da captura de tela (<i>printscreen</i>) de diálogo travado via <i>WhatsApp Web</i> por interlocutor	64
7.5.	O valor probatório do depoimento da vítima	65
8.	Conclusão	66
9.	Referências bibliográficas	66

PROPOSTAS DE CONTROLE DA PROVA PARA O APRIMORAMENTO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

69

RENATO STANZIOLA VIEIRA

1.	Introdução	69
2.	O controle da prova penal a partir do prisma da obtenção e da admissibilidade ...	71
3.	Momentos procedimentais probatórios: controles sobre a admissibilidade de meios de prova	72
4.	Categorias probatórias e possibilidade de controle de obtenção e admissibilidade	75
4.1.	Os nomeados “meios de obtenção de prova”: o <i>duplo controle</i>	76
4.2.	Os atos de produção probatória cautelar, irrepetível e antecipada	78
4.3.	O controle na produção da prova pré-constituída	80
5.	A audiência de filtragem epistemológica	81
6.	Conclusões	83
7.	Referências bibliográficas	84

INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA AO LONGO DOS 80 ANOS DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

87

DANYELLE GALVÃO

1.	Do início do uso da tecnologia aos julgamentos do Supremo Tribunal Federal sobre o tema	87
2.	A aprovação da Lei 11.900/09 e a inclusão do interrogatório a distância no CPP	94
3.	Possibilidade de interrogatório virtual para acusados soltos	96
4.	Requisitos mínimos para a validade do ato processual	98
5.	A pandemia e as novas previsões sobre interrogatório por videoconferência	102
6.	Referências bibliográficas	105

O CONTROLE DE ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS.....	109
GERALDO PRADO	
ODEPOIMENTODA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL: A VALORAÇÃO DA PROVA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA...	119
ADRIANA RAMOS DE MELLO	
1. Introdução.....	119
2. Marcos normativos internacionais de direitos humanos das mulheres e dos direitos das vítimas de crimes	124
3. Do papel da ofendida/vítima de crimes de gênero no processo penal. Do direito de falar e de se calar	127
4. Importância da valoração da prova com perspectiva de gênero para a garantia do direito de acesso à justiça nos casos de violência sexual	132
5. Considerações finais	136
6. Referências bibliográficas	137
CONSIDERAÇÕES EPISTÊMICAS SOBRE O RECONHECIMENTO DE PESSOAS: PRODUÇÃO, VALORAÇÃO E (IN)SATISFAÇÃO DO STANDARD PROBATÓRIO PENAL	141
JANAINA MATIDA	
1. Introdução.....	142
2. O reconhecimento de pessoas e as formalidades do art. 226 e o estado de mera recomendação	144
3. A mudança de cenário, ou “a urgência de um novo rumo” para o reconhecimento de pessoas.....	146
4. A produção do reconhecimento balizada por avanços científicos	147
5. A valoração da prova de reconhecimento	150
6. A seleção da hipótese fática a ser incorporada como premissa menor da decisão judicial (aplicação do <i>standard</i> probatório)	152
7. Conclusão	153
8. Referências bibliográficas	153
OSILÊNCIO NO INTERROGATÓRIO NÃO SE ESCUTA: SAGACIDADE INQUISITÓRIA DO CÓDIGO DE 1941	157
LEONARDO AUGUSTO MARINHO MARQUES	
1. Introdução.....	157
2. Oitenta anos de falsa polivalência: seria possível articular uma legislação fascista com a constituição de um estado democrático?	158
3. A lógica probante do interrogatório: legado da mentalidade inquisitória	163
4. A estrutura probante do interrogatório de 1941: incompatibilidade com a plataforma concebida pelo bloco de constitucionalidade para viabilizar a auto-defesa	166
5. A estrutura arcaica do interrogatório de 1941: condicionamento à realidade cotidiana do processo penal.....	169

14 CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: ESTUDOS COMEMORATIVOS AOS 80 ANOS DE VIGÊNCIA

6. Conclusão	170
7. Referências bibliográficas	171

DOS DIFERENTES BALIZAMENTOS DO STANDARD PROBATÓRIO NA DECISÃO DE PRONÚNCIA

173

ANTÔNIO DE PADOVA MARCHI JÚNIOR

1. Considerações iniciais	173
2. Do movimento reativo dos tribunais superiores para cobrar melhor fundamentação da decisão de pronúncia	174
3. Do indispensável juízo de certeza quanto à materialidade delitiva	178
4. Da suficiência probatória referente à autoria e à participação	179
5. Das disposições do “Pacote Anticrime” e a indiferença da jurisprudência quanto ao reconhecimento das qualificadoras do homicídio	181
6. Conclusões	183
7. Referências bibliográficas	184

PATERNALISMO EPISTÊMICO: ENTRE A ADMISSIBILIDADE E A EXCLUSÃO PROBATÓRIA NO PROCESSO PENAL.....

185

ABRÃO AMISY NETO

1. Introdução.....	185
2. O princípio geral da inclusão da prova e a relevância	188
3. A exclusão da prova e a admissibilidade	190
4. A respeito do paternalismo	191
5. ● paternalismo epistêmico e a exclusão da prova	194
6. Uma valoração neutra a respeito do paternalismo epistêmico	197
7. Conclusão	199
8. Referências bibliográficas	200

LIMITES AO PRINCÍPIO DE INADMISSIBILIDADE DE PROVAS ILÍCITAS E DERIVADAS DE ILÍCITAS?

203

SÉRGIO REBOUÇAS

1. Considerações iniciais	203
2. ● sentido do princípio de exclusão de provas obtidas por meios ilícitos	204
3. Prova ilícita originária e limites ao princípio de inadmissibilidade	206
3.1. Limites à regra de exclusão na jurisprudência norte-americana.....	206
3.2. Limites ao princípio de inadmissibilidade no Direito brasileiro	209
4. Prova derivada de ilícita e limites ao princípio de inadmissibilidade	214
4.1. Exceções admitidas na jurisprudência norte-americana	215
4.2. Exceções aplicáveis no Direito brasileiro: entre a fonte independente e a descoberta inevitável. E a atenuação da causalidade?	218
5. Considerações finais	219

A PROVA ILÍCITA E SEUS EFEITOS PROCESSUAIS	221
JOÃO FELIPE MENEZES LOPES	

O BRASIL QUE SE REVELA PELO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO: O INCONSCIENTE DE NOSSAS PRÁTICAS EM PERSECUÇÃO PENAL	239
--	------------

RAFAEL RAFAELLI, DOMINGOS BARROSO DA COSTA E ANDREY RÉGIS DE MELO

1. Contextualizando o debate.....	239
2. A Defensoria Pública, os fotógrafos e os fotografados.....	241
3. De quem se alimentam nossas fogueiras? A matriz escravagista dos estereótipos que ainda hoje povoam nosso imaginário e nossos cárceres.....	243
4. O reconhecimento fotográfico, as práticas brasileiras em persecução penal e a recente inflexão crítica do Superior Tribunal de Justiça	247
5. Considerações finais.....	252
6. Referências bibliográficas	253

PARTE II

COLABORAÇÃO PREMIADA

COLABORAÇÃO PREMIADA E INTEROPERATIVIDADE NORMATIVA	257
--	------------

FAUZI HASSAN CHOUKR

1. Proposta do presente texto	257
2. Modelos normativos do colaboracionismo penal	258
2.1. Coexistência de modelos normativos de colaboração premiada	259
3. Alcance da interoperabilidade normativa	262
3.1. Extensão dos benefícios a testemunhas: limites e possibilidades	264
4. Referências bibliográficas	266

PRINCÍPIOS VETORES DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA	267
---	------------

FRANCISCO SANNINI

1. Introdução.....	267
2. Considerações gerais	269
3. Princípio da discricionariedade	271
4. Princípio da sigilosidade.....	271
5. Princípio da boa-fé objetiva	275
6. Princípio da vedação do comportamento contraditório	275
7. Princípio da Autonomia da Vontade Mitigada	277
8. Princípio da voluntariedade	279
9. Princípio da complementariedade ou da corroboração	279
10. Conclusão	282
11. Referências bibliográficas	283

PARTE III
SENTENÇA

A INCOMPATIBILIDADE JURÍDICA DA MEDIDA DE SEGURANÇA.....	287
ALESSA PAGAN VEIGA	
1. Introdução.....	287
2. Da ficção à realidade	288
3. Do século XVII ao XXI nos “porões da loucura”	289
4. A medida de segurança pública	292
5. A inadequação do processo penal ao louco infrator	294
6. Não recepção constitucional parcial do Código de Processo Penal, do Código Penal e da Lei de Execução Penal.....	296
7. Lei antimanicomial e a revogação parcial do Código de Processo Penal, do Código Penal e da Lei de Execução Penal	297
8. Projeto do novo Código de Processo Penal	301
9. Conclusão	302
10. Referências bibliográficas.....	303
 STANDARD DE PROVA, LIVRE CONVENCIMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA GARANTIR UMA DECISÃO JUDICIAL ADEQUADA.....	 307
AMÉRICO BENE FREIRE JUNIOR E GUSTAVO SENNA	
1. Introdução.....	307
2. <i>Standard</i> de prova e livre convencimento motivado: o estabelecimento de critérios para o julgador.....	310
3. A Fundamentação da Decisão Judicial: o controle se os juízes aplicarem de modo correto os <i>standards</i> e o livre convencimento motivado	317
4. Conclusão	320
5. Referências bibliográficas	323
 EFEITOS DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS SOBRE O PROCESSO PENAL E DAS DECISÕES PENALIS SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR	 325
JOEL ILAN PACIORNIK E MARCELO COSTENARO CAVALI	
1. Introdução.....	325
2. Acessoriedade administrativa	326
3. Peculiaridades da acessoriedade administrativa conceitual	328
4. O término do procedimento administrativo como pressuposto para a persecução penal.....	329
5. Efeitos da decisão administrativa sobre a esfera penal	331
5.1. Questões fáticas	332
5.2. Questões (eminentemente) jurídicas.....	333
5.3. Questões (eminentemente) técnicas.....	337

6. Efeitos da decisão penal sobre o processo administrativo sancionador	337
7. Referências bibliográficas	340

PODE O JUIZ CONDENAR QUANDO O MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE A ABSOLVIÇÃO DO RÉU? O ART. 385 DO CPP ENTRE O SISTEMA ACUSATÓRIO E O PODER JURISDICIONAL	341
--	------------

BENEDITO GONÇALVES E FELIPE BERKENBROCK GOULART

1. Introdução	341
2. O art. 385 do CPP	342
3. Filtragem constitucional e recepção	344
4. Adoção do sistema acusatório pela CF/1988.....	345
5. Argumentos contrários ao art. 385 do CPP	347
5.1. Providência a ser tomada pelo juiz.....	351
6. Argumentos favoráveis ao art. 385 do CPP	352
7. Considerações finais	357
8. Referências bibliográficas	358

PARTE IV PROCEDIMENTOS

DEVIDO PROCESSO LEGAL E VIRTUALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS CRIMINAIS	363
--	------------

DIOGO MALAN E MARTA SAAD

1. Introdução.....	363
2. Virtualização de audiência criminais: percurso normativo e atual estágio	366
3. Audiência de custódia	369
4. Audiência de instrução e julgamento.....	376
5. Sessão plenária de Tribunal do Júri	383
6. Conclusão	386
7. Referências bibliográficas	389

AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO: AVANÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ORALIDADE NO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO	391
---	------------

FERNANDA NUNES MORAIS DA SILVA

1. Introdução e um comparativo ainda necessário: sistema inquisitório x sistema acusatório	391
2. Reforma processual penal de 2008: uma audiência oral (e acusatória)?	394
3. O princípio da oralidade e o feixe principiológico do sistema processual penal acusatório	395
4. Olhando para as práticas: os esforços legislativos frutificaram?.....	398
5. Considerações finais	401
6. Referências bibliográficas	402

A FASE DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA – CRÍTICAS E PERSPECTIVAS	403
LUIS HENRIQUE MACHADO	
1. Introdução.....	403
2. Competência e procedimento	404
3. Requisitos para o recebimento da denúncia.....	406
4. Vícios na decisão de recebimento da denúncia	407
4.1. Denúncia genérica.....	407
4.1.1. Crime societário	408
4.1.2. Delito de organização criminosa (Orccrim)	411
4.1.3. Exceção: recebimento da denúncia genérica em caso de autoria coletiva simples	414
4.2. O fundamento <i>in dubio pro societate</i> como justificativa para o recebimento da denúncia	414
4.3. A colaboração premiada como indício para justificar a admissão da inicial acusatória e os elementos corroborativos endógenos.....	417
5. Juízos de diagnose e de prognose	419
6. Conclusão	421
7. Referências bibliográficas.....	421

PARTE V

JÚRI

O STANDARD DA PROVA INDICIÁRIA NO TRIBUNAL DO JÚRI	425
JAYME WEINGARTNER NETO	
1. Introdução.....	425
2. A racionalidade e o Tribunal do Júri	427
3. <i>Standards</i> probatórios para a pronúncia e para a condenação.....	428
4. A prova indiciária, uma apelação em rigorosa cognição.....	435
5. Exemplo de aplicação do modelo delineado	445
6. Conclusão	446
7. Referências bibliográficas.....	446
QUAL JÚRI PARA OS PRÓXIMOS OITENTA ANOS?.....	449
ORLANDO FACCINI NETO	
1. Introdução.....	449
2. À guisa de premissa: nenhuma mudança que malfira a Constituição.....	450
3. A competência do júri na lei ordinária.....	451
4. A pronúncia e a tortuosa trilha recursal	452
5. Júris de procedimento sumário e sumaríssimo	454
6. Júri de elevada complexidade	456
7. Quesitos	457
8. Conclusão	461
9. Referências bibliográficas.....	461

EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA NO JÚRI: REFLEXÕES PARA ALÉM DE SUA MANIFESTA INCONSTITUCIONALIDADE.....	463
LEONARDO MARCONDES MACHADO	
1. A Reforma Legislativa de 2019 e os influxos autoritários no sistema processual penal brasileiro.....	463
2. O Supremo Tribunal Federal e a (im)possibilidade de execução imediata da pena no júri.....	467
3. Reflexão basilar.....	472
4. Referências bibliográficas.....	473
QUESITAÇÃO E SOBERANIA DO JÚRI.....	477
ANTONIO CARLOS DA PONTE	
1. Soberania dos <i>verdictos</i> como garantia constitucional.....	479
2. Quesitação.....	481
3. Quesito genérico sobre absolvição e delimitação da apelação.....	484
4. Artigo 492, inciso II, alínea “c”, do CPP e soberania dos <i>verdictos</i>	486
5. Soberania do Júri e questões surgidas no curso dos debates em plenário.....	487
6. Conclusões.....	489
7. Referências bibliográficas.....	489
A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA FIXADA EM JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI.....	491
FERNANDA PASCOAL VALLE BUENO DE CASTILHO	
1. Introdução.....	491
2. Estado democrático de direito.....	492
3. Princípio da presunção de inocência a legislação aplicável.....	494
4. O Tribunal do Júri e o Pacote Anticrime: a mitigação do princípio da presunção de inocência.....	495
5. Conclusão.....	498
6. Referências bibliográficas.....	499
O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL.....	501
JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI E ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA	
1. O Tribunal do Júri no ordenamento constitucional brasileiro.....	501
2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	508
3. O Tribunal do Júri em números.....	512
4. Considerações finais.....	513
5. Referências bibliográficas.....	514
PARTE VI	
PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS	
TRAJETÓRIA DE OITENTA ANOS DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIAS.....	517
ANTONIO SCARANCA FERNANDES	
1. A prisão no Código de Processo Penal de 1941.....	517

2. Evolução até a Constituição de 1988.....	519
3. A prisão na Constituição Federal de 1988 e legislação posterior até a Lei 12.403/2011	521
4. A relevância da sistematização advinda com a Lei 12.403/2011	525
5. As espécies de medidas cautelares pessoais na Lei 12.403/2011	527
6. A prisão preventiva na Lei 12.403/2011.....	528
7. A reforma pela Lei 13.964/2019.....	530
8. Conclusão	533
9. Referências bibliográficas.....	534

REFLEXÕES SOBRE A CONTEMPORANEIDADE NO ÂMBITO DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

RODRIGO CAPEZ

1. Introdução.....	537
2. Distinção necessária	539
3. Natureza jurídica da contemporaneidade. Distinções terminológicas necessárias: pressuposto, requisito e característica das medidas cautelares pessoais.....	541
3.1. O pressuposto do <i>fumus commissi delicti</i>	541
3.2. O requisito do <i>periculum libertatis</i>	543
3.3. Características das medidas cautelares	545
3.4. Contemporaneidade como elemento constitutivo do <i>periculum libertatis</i>	548
4. Âmbito de incidência da contemporaneidade.....	549
5. Contemporaneidade da imputação ou contemporaneidade do fato gerador do <i>periculum libertatis</i> ?.....	549
6. Contemporaneidade e garantia da ordem pública	551
7. Contemporaneidade e garantia da ordem econômica	557
8. Contemporaneidade e necessidade para a investigação ou a instrução criminal	557
9. Contemporaneidade e garantia da aplicação da lei penal	560
10. Contemporaneidade do fato em si ou contemporaneidade do conhecimento do fato e sua autoria?.....	562
11. Contemporaneidade e decretação da prisão preventiva na sentença condenatória.....	565
12. Contemporaneidade e marco temporal.....	566
13. Conclusão	568
14. Referências bibliográficas.....	569

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA TRANSNACIONAL.....

ORLY KIBRIT

1. Introdução.....	571
2. O conceito de cidadania e a sua concepção transnacional.....	572
3. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a proteção unitária da cidadania.....	575

4. Audiência de custódia no Brasil: integração entre direito interno e direito internacional na proteção da cidadania.....	576
5. Conclusão	583
6. Referências bibliográficas.....	584
INQUIETAÇÕES SOBRE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	587
NESTOR TÁVORA E FELIPE DE ALENCAR	
1. Breve apanhado histórico	587
2. Análise estrutural da audiência de custódia.....	589
3. Possibilidade de realização da audiência de custódia para prisões cautelares ...	593
4. Conteúdo da entrevista com a pessoa presa	595
5. Procedimento da audiência de custódia – art. 310, <i>caput</i> , do CPP e Resolução n.º 213/2015 do CNJ.....	596
6. Conclusão	599
7. Referências bibliográficas.....	599
PRISÃO PROCESSUAL: DISTINÇÕES RELEVANTES ENTRE A PRORROGAÇÃO E A REVISÃO NONAGESIMAL.....	601
WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR	
1. Introdução.....	601
2. Sistema prisional na redação originária do Código de Processo Penal de 1941....	603
3. Novo paradigma prisional do Código de Processo Penal (Lei nº 12.403, de 2011, e Lei nº 13.964, de 2019)	605
4. Duração razoável da prisão preventiva	607
4.1. Prazo máximo de duração da prisão preventiva na fase da investigação e aspectos referentes à prorrogação	609
4.2. A prisão preventiva na fase do processo e o prazo nonagesimal da renovação	612
5. Conclusão	617
6. Referências bibliográficas.....	618
AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA PRESENCIAL É DIREITO DO PRESO E DEVER DO ESTADO NO COMBATE À TORTURA.....	619
VITÓRIA DE MACEDO BUZZI E MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI	
A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA.....	633
HUMBERTO MARTINS	
1. Introdução e contextualização.....	633
2. Definição e marco legal da audiência de custódia	635
3. Propostas legislativas e regulamentação legal.....	636
3.1. Audiência de Custódia: constitucionalidade da regulamentação administrativa.....	639

4.	Finalidades da audiência de custódia.....	641
4.1.	Finalidades principais da audiência de custódia na hipótese de prévia prisão preventiva	643
4.2.	Limitação à produção de provas na audiência de custódia	644
5.	Princípio da identidade física do juiz e audiência de custódia por videoconferência.....	645
6.	Obrigatoriedade da audiência de custódia e efeitos da sua não realização.....	647
6.1.	Descumprimento pela autoridade policial do prazo de 24 horas para a apresentação do preso.....	650
6.2.	Descumprimento do prazo de 24 horas para a apresentação do preso, em caso de prisão preventiva ou prisão temporária	651
7.	Referências bibliográficas.....	651

PROCESSO-CRIME, PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE E PRISÃO PREVENTIVA..... 653

MARCO AURÉLIO MELLO

1.	Introdução.....	653
2.	Princípio da não culpabilidade	654
3.	Prisão preventiva	656
4.	Conclusão	664
5.	Referências Bibliográficas.....	664

PARTE VII RECURSO

O RECURSO CONTRA A SENTENÇA DO TRIBUNAL DO JÚRI MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS: COMPATIBILIZAÇÃO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS COM A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA 667

GUSTAVO BADARÓ

1.	Introdução.....	667
2.	O Júri e a função dos jurados no juízo de fato no processo penal	668
2.1.	Das características constitucionais do Tribunal do Júri.....	668
2.2.	Premissas sobre verdade e a prova para um modelo de valoração racional... ..	672
2.3.	O Júri e a decisão sobre o juízo de fato	675
3.	Da presunção de inocência e o conceito de “decisão manifestamente contrária à prova dos autos”	677
3.1.	Da soberania dos veredictos.....	677
3.2.	A presunção de inocência em sua manifestação do <i>in dubio pro reo</i>	679
3.3.	Dos recursos da decisão do Tribunal do Júri contrária à prova dos autos: a evolução legislativa	681
3.4.	Dos recursos da decisão do Tribunal do Júri no Código de Processo Penal de 1941.....	683

3.5. A soberania dos veredictos e a presunção de inocência: necessidade de compatibilização constitucional.....	686
4. Conclusões.....	693
5. Referências bibliográficas.....	694

O PROCESSO PENAL BRASILEIRO E A ESTRUTURA DE PRECEDENTES: DESAFIOS DE UMA NOVA LÓGICA EM BUSCA DE UMA POLÍTICA PROCESSUAL DEMOCRÁTICA..... 697

GABRIEL ANTINOLFI DIVAN

1. Jurisdicionalidade e estabilidade: notas iniciais sobre o panorama político do poder, dever e função decisional.....	697
2. A funcionalidade dos precedentes e dos aparelhos de filtragem recursal: da disputa imagética à estrutura processual inovadora.....	702
3. ● novo controle da fundamentação decisional penal: a congruência jurisprudencial e a política processual.....	707
4. Considerações finais – novos problemas, novos desafios.....	711
5. Referências bibliográficas.....	712

OSISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES, O PROCESSO PENAL E O GRUPO DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA PARA O FORTALECIMENTOS DOS PRECEDENTES..... 713

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

1. Introdução.....	713
2. A aplicação do sistema de precedentes ao processo penal.....	714
3. As decisões de controle concentrado de constitucionalidade.....	718
4. ●s enunciados de súmula vinculante e as súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	718
5. ● microsistema de incidentes fixadores de teses jurídicas.....	719
6. ● grupo de trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o fortalecimento dos precedentes.....	721
7. Conclusão.....	725
8. Referências bibliográficas.....	725

A PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS NA VISÃO DA DEFESA..... 727

GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO

1. <i>A reformatio in pejus</i> . Aspectos comuns.....	727
2. <i>Reformatio in pejus</i> : questões controvertidas.....	728
2.1. Do agravamento qualitativo da pena.....	729
2.2. Do sistema acusatório.....	730
3. Conclusão.....	734
4. Referências bibliográficas.....	735

PARTE VIII
HABEAS CORPUS

O HABEAS CORPUS NO CPP E A TUTELA INDIRETA DA LIBERDADE: O IMPACTO DAS CONSTITUIÇÕES DE 1946 E 1988 E AS RESISTÊNCIAS 739

ALBERTO ZACHARIAS TORON

1. Importância do tema	739
2. Anatomia do <i>habeas corpus</i>	740
3. As críticas	745
3.1. As “10 Medidas”	745
3.2. A preservação do sistema recursal	747
3.3. Abuso no emprego do <i>habeas corpus</i>	750
4. <i>Habeas corpus</i> coletivo	751
5. <i>Habeas corpus</i> como precedente	753
6. Conclusão	755
7. Referências bibliográficas	756

O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSOLIDAÇÃO DO HABEAS CORPUS COLETIVO COMO INSTRUMENTO DE DEFESA EM MATÉRIA PENAL.... 759

LUCIANA JORDÃO DA MOTTA ARMILIATO DE CARVALHO E RAFAEL RAMIA MUNERATI

1. Introdução	759
2. O <i>Habeas Corpus</i> Coletivo no contexto da litigância de massas e a geração de precedentes (qualificados?)	760
3. O manejo do HC Coletivo pela Defensoria Pública e a construção da sua jurisprudência nos Tribunais Superiores	762
3.1. O início e a evolução da jurisprudência do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo no STJ e no STF	763
3.2. A consolidação da jurisprudência do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo	769
3.2.1. No Supremo Tribunal Federal	769
3.2.2. No Superior Tribunal de Justiça	772
4. Conclusão	776
5. Referências bibliográficas	777

PARTE IX
COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

NE BIS IN IDEM INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DO STF 781

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

1. Introdução	781
2. Decisão do STF no HC 171.118	782
3. Fundamentos para o <i>ne bis in idem</i> interno	783
4. <i>Ne bis in idem</i> internacional	786
4.1. Extensão dos fundamentos do <i>ne bis in idem</i> interno	787

4.2. Garantia no Direito Internacional.....	788
4.2.1. Instrumentos universais	789
4.2.2. Instrumentos regionais.....	791
4.2.3. Jurisdição universal.....	793
4.2.4. Tribunais penais internacionais.....	795
4.2.5. Princípio geral do Direito Internacional	796
4.3. Garantia no direito interno	798
5. Crítica à posição do STF	804
6. Os riscos do ilimitado reconhecimento ao <i>ne bis in idem</i> internacional	807
7. Conclusões.....	815
8. Referências bibliográficas.....	816

DESAFIOS DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO PROCESSO PENAL

819

MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA E MARIA PAULA CASSONE ROSSI

1. Cooperação jurídica internacional: generalidades.....	819
2. A autoridade central e os mecanismos de cooperação jurídica internacional ...	822
2.1. A autoridade central	822
2.2. Mecanismos de cooperação jurídica internacional	823
3. Cooperação jurídica internacional em matéria penal: tramitação.....	827
4. A cooperação jurídica internacional no projeto do novo Código de Processo Penal.....	828
5. A cooperação jurídica internacional no processo penal: os crimes transnacionais e a tecnologia.....	829
6. Julgados dos tribunais superiores sobre cooperação jurídica internacional no processo penal.....	832
7. Desafios da cooperação jurídica internacional no processo penal.....	834
8. Considerações finais.....	836
9. Referências bibliográficas.....	837

COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E O PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UM DIÁLOGO ENTRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO

839

FÁBIO RAMAZZINI BECHARA

1. Introdução.....	839
2. A regulação da cooperação jurídica internacional no processo penal brasileiro ...	840
2.1. Notas introdutórias	840
2.2. Do Livro V do CPP.....	842
3. Cooperação jurídica internacional no Projeto de Lei n. 8045/2010 – Livro V ...	846
4. Questões controvertidas.....	849
4.1. Primazia dos tratados	850
4.2. Transmissão espontânea de provas e informações	851
4.3. <i>E-evidences</i>	853
4.4. Colaboração premiada e concurso de jurisdições	854

26 | C●DIGO DE PROCESSO PENAL: ESTUDOS COMEMORATIVOS AOS 8● ANOS DE VIGÊNCIA

4.5. Redes de cooperação.....	855
5. Conclusão	858
6. Referências bibliográficas.....	859